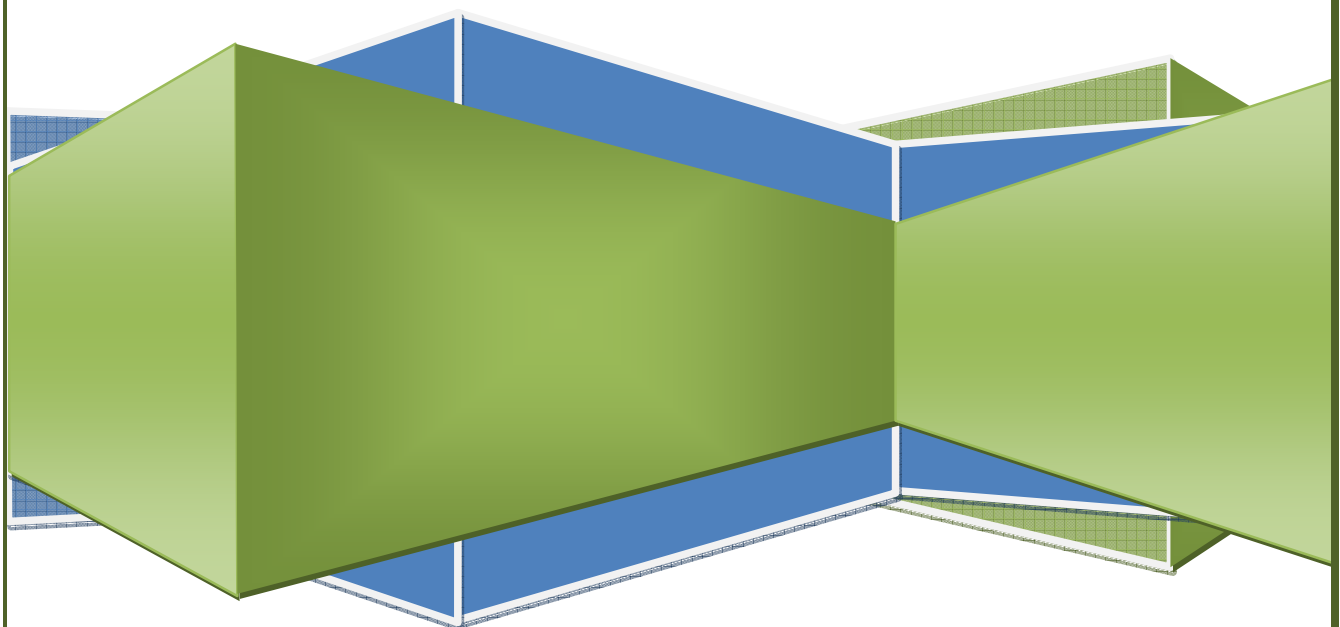




PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

2012 – 2013



DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Andréa Abritta Garzon Tonet

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Ana Cláudia da Silva Alexandre

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Wagner Geraldo Ramalho Lima

Assessor da Defensoria Pública-Geral

Hellen Caires Teixeira

Assessora da Defensoria Pública-Geral

SUMÁRIO

1. PGA 2012-2013 - A CONTINUIDADE DO PLANEJAMENTO	4
2. METODOLOGIA.....	7
2.1. Área temática: INSTITUCIONAL.....	8
2.2. Área Temática: ESPECÍFICAS	10
3. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS.....	12
3.1 Área temática: INSTITUCIONAL	12
3.2 Área temática: ATENDIMENTO INICIAL.....	26
3.3 Área temática: CÍVEL E FAMÍLIA.....	28
3.4 Área temática: CRIMINAL - 1ª Instância, Urgência Criminal e Execução Criminal.....	30
3.5 Área temática: DEFENSORIAS ESPECIALIZADAS	33
4. CONCLUSÃO	34

1. PGA 2012-2013 - A CONTINUIDADE DO PLANEJAMENTO

"Um dos temas centrais da agenda de qualquer homem público, independentemente da esfera federativa em que ele atue - seja no Poder Executivo, no Legislativo ou no Judiciário - é a gestão. Tal importância decorre do compromisso com os resultados que todo homem público deve apresentar à sociedade, pois essa é a missão de todas as organizações públicas. A sociedade investe de autoridade institucional o servidor público e dele espera resultados concretos. Sem boa gestão não há resultados" (Tarso Genro, Ministro da Justiça, 2009).

Em abril de 2011, foi apresentado ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais o Plano Geral de Atuação (PGA) relativo ao período 2011/2012. Em seu teor, foi feita uma importante consideração acerca de sua vigência, pois se entendeu que, se esta fosse estendida para 02 (dois) anos, haveria maior efetividade do plano, já que muitas ações extrapolariam o exíguo prazo de um ano, até mesmo pela escassez de recursos humanos e orçamentários para permitir a sua execução.

Na concepção do PGA 2011/2012, ficou claro que ele não poderia ser apenas um plano de curto prazo, de âmbito operacional, mas que deveria possuir diretrizes de médio alcance, de âmbito tático, o que traria um elevado ganho em termos de planejamento e gestão para a instituição, pois permitiria a coordenação de ações por um prazo maior, possibilitando o cumprimento e mensuração de objetivos mais complexos e extensos no tempo.

Assim, foram inseridos inúmeros objetivos específicos de médio prazo que indicariam o norte a ser percorrido pela instituição, em um ambiente interno e externo nem sempre ameno, dada as adversidades de caráter conjuntural e estrutural a que está imersa a Defensoria Pública.

Por esta razão, o Plano Geral de Atuação de 2012/2013, ora formulado, representa a continuidade do PGA anterior, incluindo, contudo, a atualização indispensável ao atual momento vivido pela instituição.

Para tanto, novos objetivos e metas foram incluídos ou revistos, até mesmo, porque foi possível constatar, na prática, se estavam adequadamente estabelecidos ou dimensionados.

Genericamente, planejar significa a seleção de objetivos e a determinação dos meios para atingi-los. Através de um planejamento, torna-se possível concatenar os recursos organizacionais de uma forma racional e otimizada ao longo do tempo, para o cumprimento dos fins propostos, bem como a gestão de todos os fatores que compõem o ambiente organizacional presente.

Ele proporciona um controle adequado da organização, o atendimento das demandas recebidas, a resolução antecipada de problemas e conflitos, além da tomada de decisões mais embasadas e com maior probabilidade de sucesso.

O planejamento não é estático, mas sim um processo permanente e dinâmico que deve originar ações integradas e coordenadas para concretizar os fins almejados, tendo como foco, não só o ambiente atual, mas também o futuro.

Todas as ações originadas do plano deverão ser especificadas com previsão dos recursos necessários, estimativa de prazos, responsáveis pela ação, metodologia a ser aplicada, fundamentação, resultados esperados, indicadores e metas, que permitirão a aferição da eficácia e da eficiência.

O Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública (PGA 2012-2013) está alinhado diretamente com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que efetuou um planejamento de longo prazo e que, somado aos Planos Plurianuais de Ação Governamental e às Leis Orçamentárias Anuais, formam todo o arcabouço de ações planejadas do Estado de Minas Gerais.

O PMDI também estabelece indicadores finalísticos, vinculados a objetivos estratégicos que, por sua vez, estão distribuídos em áreas de resultados, bem como metas factíveis e desafiadoras, com ênfase setorial, que pretende obter qualidade e produtividade do gasto e, sobretudo, melhoria no atendimento ao cidadão, consagrando o princípio da eficiência.

Da mesma forma, deve a Defensoria Pública envidar esforços para se estruturar em termos de planejamento e gestão, buscando cumprir sua missão que é a de prestar assistência jurídica integral com qualidade aos hipossuficientes do Estado de Minas Gerais,

promovendo a educação em direitos, o empoderamento do cidadão, a redução das desigualdades sociais e o resgate da cidadania.

O próprio PMDI, anteriormente citado, foi recentemente atualizado pela Lei 20008/2012, acrescentando na Rede de Defesa e Segurança, como estratégia complementar, o fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, de modo a garantir o acesso à justiça para a população, o que se mostra de grande importância para o desenvolvimento integrado de Minas Gerais.

Naturalmente, tal estratégia, para ser efetiva, dependerá também que o executivo mineiro atue de forma coordenada para o crescimento e fortalecimento da Defensoria Pública.

Importante destacar que a Lei Complementar nº 65/2003, no art. 10º, dispõe que o Defensor Público Geral apresentará ao Conselho Superior o Plano Geral de Atuação, documento em que ficarão definidas as metas prioritárias nas diversas áreas de atuação.

Para tanto, a Defensoria Pública deverá adotar estratégias modernas de planejamento e gestão, que demandam a devida dotação orçamentária.

No contexto atual, em que se consagrou a autonomia institucional, seja no julgamento das ADIs pelo Supremo tribunal Federal, seja pela Lei Delegada nº 182/2012, é importante reconhecer a sensibilidade do executivo mineiro com a transição necessária para efetivar a autonomia institucional de forma ampla e irrestrita.

As limitações orçamentárias são o principal entrave e diuturnamente ainda criam cenários de descompasso na gestão da Defensoria Pública - autônoma e independente por égide constitucional.

Objetivos e metas relevantes estão presentes no plano de gestão ora apresentado e que já constavam do plano anterior, como por exemplo, a reforma da lei orgânica da Defensoria mineira e a aprovação de um plano de cargos e salários da Defensoria Pública.

Sem a adequação orçamentária suficiente para o cumprimento do planejado e para a manutenção dos serviços institucionais com qualidade, bem como para a estruturação e ampliação futura de sua atuação, a consolidação institucional autônoma não se estabelecerá.

Apresentamos, assim, o Plano Geral de Atuação para o período 2012/2013 que permitirá, quando alcançados os objetivos propostos, o crescimento da Defensoria Pública de forma organizada e o cumprimento de seu papel traçado pela Constituição da República.

2. METODOLOGIA

O trabalho da comissão, designada pela Subdefensoria Pública Geral para a elaboração do Plano Geral de Atuação 2012-2013, consistiu em acompanhar a aplicação do PGA 2011-2012, verificando quais objetivos gerais e específicos, além das metas, deveriam ser reiterados ou revistos, bem como a necessidade da inclusão de novos. Para tanto, as coordenações e os setores técnicos foram consultados, sendo apresentadas sugestões que, após todo um trabalho de análise e submissão à Administração, foram incorporadas ao plano.

As metas fixadas representam os fins a que se dirigem as ações da Instituição, que devem se apresentar no plano concreto.

Elas devem ser traçadas com relativo grau de ousadia, de forma que se torne um desafio a alimentar a busca diária pelo seu cumprimento.

Conforme Vicente Falconi,

“a meta, quando desafiante e atingível, é a força motriz do aprendizado, e o seu atingimento é a força motivacional do grupo de pessoas. A meta é, portanto, a ferramenta máxima de um líder.”¹

Importante destacar que, muitas vezes, o cumprimento de uma meta traçada está entrelaçado à execução de determinados atos por outros órgãos ou entidades. Nesses casos, a Instituição terá papel incentivador da ação desses entes. Aliás, dar destacada importância a este tipo de meta é reiterar o próprio papel da Defensoria Pública como agente transformador da sociedade, enfim, instituição que se insere no sistema público como provocador de outros órgãos para consecução dos fins do Estado Democrático.

Dentro da metodologia adotada, a mensuração das metas foi mantida, de modo a indicar o grau de cumprimento do objetivo proposto, bem como permitir a atuação corretiva para que o fim seja alcançado.

¹ Falconi, Vicente. In *ESTRATÉGIA – A Busca da Vantagem competitiva*, organizado por Cynthia A. Montgomery e Michel Porter; Rio de Janeiro: Campus.

O índice de referência, por sua vez, ilustra a situação atual do objetivo específico a ser cumprido.

O indicador representa o que se deseja que seja efetivamente cumprido no plano concreto, seguindo-se da quantificação da meta, expressa conforme a unidade de medida relacionada.

Na organização deste trabalho, manteve-se a divisão original do PGA anterior focada em áreas temáticas, com fins a facilitar sua pesquisa e divisão dos setores que irão atuar para sua execução.

Vale ressaltar que os objetivos gerais e específicos explicitados no PGA poderiam ser classificados de acordo com a natureza das ações e os fins almejados, representando os mais diversos campos de atuação, tais como, o político interinstitucional, o normativo/legislativo, o de estruturação física e tecnológica, o de publicização das funções da instituição, os voltados à qualificação dos Defensores Públicos e servidores, os de atuação voltadas diretamente à atividade finalística, inclusive, com interface técnico-interinstitucional.

Finalmente, é importante reafirmar que os vários objetivos específicos pontuados originarão ações ou projetos que deverão ser detalhados, especificando o seu escopo, as fases de implementação, os responsáveis pela execução, os recursos necessários, além do respectivo cronograma e a estratégia a ser adotada. Alguns deles poderão não ser executados em função da insuficiência orçamentária ou mesmo de recursos humanos, mas, como se trata de um plano de natureza tático-operacional, deverão ser listados como objetivos a serem perseguidos, passíveis de serem implementados futuramente.

2.1. Área temática: INSTITUCIONAL

Na elaboração do Plano Geral de Atuação, no tocante à área temática “Institucional”, manteve-se a necessidade de expansão e modernização da estrutura institucional. Nesta área, muitos avanços foram obtidos, notadamente, na forma do atendimento e divulgação dos serviços prestados.

Continua premente a necessidade de fortalecer a área de tecnologia de informação. No entanto, a limitação orçamentária não possibilitou a implementação dos avanços desejados.

Na área extrajudicial, a instituição capacitou seus órgãos de execução através de curso de mediação em parceria com a Fundação Nacional de Mediação. Resta-nos, todavia, ampliar o atendimento criando espaço próprio, meta que foi acrescida e será possível de ser executada com a mudança para a nova sede.

Permanece a premissa de que é necessário buscar aumento e qualificação dos recursos humanos, por meio da elaboração do plano de carreira dos servidores administrativos, assim como, da estruturação do cargo de apoio técnico-jurídico, nos moldes do que já existe no Poder Judiciário e Ministério Público.

O número de estagiários de Direito foi sensivelmente aumentado, bem como o valor da bolsa e vale transporte, melhorando, significativamente o apoio à atividade fim da Defensoria Pública. Também restou regulamentado o estágio em área não jurídica, firmando-se convênios com instituições de ensino na área de psicologia. No entanto, ainda há a necessidade de ampliar as vagas de estágio remunerado (estágio não obrigatório direto), razão pela qual o objetivo específico foi renovado com nova meta.

Neste diapasão, já está sendo estruturado o setor de assistência psicossocial, a partir dos convênios acima mencionados, que permitiram a chegada de estagiários de psicologia que estão iniciando, por sua vez, o seu trabalho de suporte aos Defensores Públicos nas mais diversas áreas da capital. Anteriormente, tal serviço estava restrito à Defensoria Especializada de Urgência Criminal. O próximo passo será ampliar tal suporte para a área de assistência social e, após validada a metodologia, replicá-la para outros órgãos de atuação no interior do estado de Minas Gerais.

O esperado VII Concurso de Defensores Públicos está sendo negociado com o Executivo e permanece como meta para 2012.

A estruturação de sedes no interior também apresentou melhorias. Algumas Comarcas tiveram novas instalações ou saíram da reduzida estrutura que possuíam dentro dos fóruns. No último ano, 11 (onze) novas sedes foram locadas, ora ampliando a estrutura existente, ora criando novo órgão de atuação na comarca. Outros 6 (seis) contratos para locação de novos imóveis estão autorizados, em fase final de conclusão.

Muito ainda há para avançar. Minucioso relatório da situação do interior foi realizado e a estruturação do mobiliário está sendo implantada. Além disto, para garantir a organização interna da sua estrutura já foram criados projetos como o de controle patrimonial, que visa dimensionar de forma adequada toda a estrutura física da instituição.

É constante a preocupação com a área administrativa, sendo mantidos os objetivos de aperfeiçoamento dos macroprocessos constituintes da rotina administrativa, bem como a criação de projeto de monitoramento de custos.

No âmbito legal, focou-se na discussão do anteprojeto de reforma de nossa lei orgânica, como forma de declarar a autonomia já reconhecida no âmbito dos poderes do Estado, bem como para aprimorar o arcabouço normativo da instituição. Importantes normas para aprimoramento da rotina administrativa foram encaminhadas para discussão no Conselho Superior, sendo aprovada nova regulamentação de diárias e controle de bens móveis. O regulamento interno permanece como meta para o próximo ano além da implantação da Ouvidoria-Geral.

Importante projeto, na área de execução penal, está sendo desenvolvido por meio de convênio com a União, situação que reafirma que a DPMG não pode permanecer unicamente dependente de recursos orçamentários do Estado de Minas Gerais. Assim, foi reiterada a meta para captação de recursos com outros entes da federação e instituições de fomento.

A educação em direitos e a divulgação dos serviços prestados pela Defensoria Pública também continua como meta constante a ser perseguida, notadamente, diante da diversidade social de nosso extenso estado. Mesmo em áreas onde a Defensoria já atua, carente é a informação sobre direitos.

A ampliação de nossa atuação é um grande desafio, notadamente diante da necessidade de aprimorar o serviço prestado. Reiterou-se como objetivo geral o aumento da integração e da qualidade dos trabalhos técnicos desenvolvidos.

Em suma, esta é uma síntese do que abaixo será exibido de forma mais detalhada.

2.2. Área temática: ESPECÍFICAS

A temática principal de todo o sistema de justiça, sem dúvida, é a desjudicialização dos conflitos, seja pela morosidade natural do Judiciário, seja pelos inconvenientes de uma decisão imposta.

Nesta esteira, os objetivos gerais e específicos que compõem as diversas áreas de atuação trazem, em seu bojo, a necessidade de ampliar a atuação da Defensoria Pública

principalmente no âmbito extrajudicial, passando a participar da elaboração e execução de políticas públicas, articulando-se com os outros atores neste processo.

A integração da Defensoria Pública com outros órgãos públicos, e mesmo com instituições privadas, é premissa que, felizmente, irá nortear a sua atuação para os próximos anos. Parcerias sempre serão bem acolhidas quando potencializarem a obtenção de resultados, bem como legitimarem a atuação junto à população.

As áreas específicas retratadas no presente plano representam a atuação finalística agrupada por área temática, muitas vezes, coincidentes com órgãos de atuação e Defensorias Especializadas, que ficarão, por sua vez, responsáveis solidariamente por sua operacionalização.

É de se ressaltar que um órgão de execução em uma comarca, que executa funções comumente associadas a várias Defensorias Especializadas, pode e deve perseguir distintos objetivos gerais e específicos, previstos no presente Plano Geral de Atuação.

3. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

3.1 Área temática: INSTITUCIONAL

Objetivo Geral: Promover a expansão e modernização da estrutura institucional

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Elaboração do planejamento estratégico da instituição	Existência de documento de planejamento relativo aos anos 2009-2012, sem efetividade	Planejamento elaborado	Número Absoluto	1
2	Aperfeiçoar os sistemas procedimentais internos da área meio	Inexistente até 26/04/2012	Sistemas procedimentais internos aperfeiçoados	Número absoluto	4
3	Criar projeto de monitoramento permanente de metas e de aferição de eficiência relativa à área meio	Inexistente até 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1
4	Criar projeto de monitoramento de custos, inclusive setorialmente, de modo a melhorar a qualidade e produtividade dos gastos da Instituição	Inexistente até 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1
5	Implementar projeto de controle patrimonial em todas as unidades da DPMG do Estado, em conformidade com a Deliberação nº 007/2012 do CSDPMG	Projeto existente aguardando implementação	Projeto implementado	Número absoluto	1

6	Propor ao governo Estadual minuta do projeto de adequação da Lei Complementar Estadual nº 65/03 às mudanças legislativas recentes, à autonomia da DPMG e à reestruturação da carreira	Minuta em elaboração em 26/04/2012	Minuta do anteprojeto de lei apresentada ao Governo	Número absoluto	1
7	Propor ao Governo do Estado o plano de carreira de servidores administrativos e de apoio técnico-jurídico.	Inexistente até 26/04/2012	Minuta do anteprojeto de lei apresentada ao Governo	Número absoluto	1
8	Atuar junto ao Poder Executivo para a criação do Fundo da Defensoria Pública	Minuta em elaboração em 16/04/2012	Projeto apresentado ao Governo	Número absoluto	1
9	Atuar junto ao Poder Executivo para efetivação da autonomia institucional na gestão orçamentária de forma plena e irrestrita	Ocorrência de reuniões de conteúdo difuso	Reuniões realizadas	Número absoluto	6
10	Finalizar regulamento interno da DPMG	Minuta em elaboração até 26/04/2012	Regulamento interno apresentado ao Conselho Superior	Número absoluto	1
11	Implantar a Ouvidoria da DPMG	Inexistente até 26/04/2012	Ouvidoria implantada	Número absoluto	1
12	Publicar edital para a realização do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensor Público	Inexistente até 26/04/2012	Edital de concurso publicado	Número absoluto	1
13	Aumentar o número de vagas de estágio remuneradas e o valor da bolsa e do auxílio transporte.	250 vagas - concurso em andamento	Número de vagas de estágio remuneradas	Número absoluto	610
		R\$ 450,00 - valor da bolsa e auxílio em 26/04/2012	Valor da bolsa de estágio	Reais	500,00
14	Criação de setor de apoio na área de assistência psicossocial para a DPMG nas comarcas	Implantado parcialmente na DPMG de Belo Horizonte com atuação de estagiários de psicologia	Setor de apoio na área de assistência psicossocial criado	Número absoluto	2

15	Captar recursos junto a outros entes federados e instituições de fomento para a execução de novos projetos	2 convênios vigentes em 26/04/2012	Novos projetos financiados	Número absoluto	2
16	Elaborar projeto para o fortalecimento e modernização da DPMG para apresentação ao BNDES, conforme objeto do convênio entre BNDES, CONDEGE e Ministério da Justiça	Projeto inexistente em 26/04/2012	Projeto apresentado	Número absoluto	1
17	Executar os recursos do Fundo Penitenciário, com a elaboração de projetos direcionados à área criminal	26% executados - disponibilizados à DPMG pela LOA-2011.	Percentual de execução do recurso previsto na LOA destinado à DPMG	%	100%
18	Criar projeto para atendimento itinerante às comunidades rurais e tradicionais, assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra	Projeto inexistente em 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1
19	Implantar projeto de atendimento sistêmico extrajudicial às comunidades hipossuficientes	Projeto aguardando implantação em 26/04/2012	Projeto implantado	Número absoluto	1
20	Criar e implementar projeto institucional de segurança pessoal e patrimonial	Projeto patrimonial em elaboração até 26/04/2012	Projeto implementado	Número absoluto	1
21	Criar biblioteca jurídica, inclusive com acervo virtual	Inexistente até 26/04/2012	Biblioteca criada	Número absoluto	1
22	Ampliar a implantação do programa AmbientAÇÃO na DPMG	Programa implantado apenas na sede da Capital	Sedes da DPMG no interior com projeto implantado	Número absoluto	5
23	Ampliar e melhorar a atuação no interior, com novos órgãos de atuação nas Comarcas onde a DPMG não se faz presente, com a criação de sedes em locais distintos dos fóruns e com a reestruturação das sedes já existentes	8 novos órgãos de atuação criados em 2011/2012	Novos órgãos de atuação criados onde a DPMG não se faz presente	Número absoluto	2
		56 dos 106 órgãos de atuação nas comarcas estão em local distinto do fórum.	Novos órgãos de atuação com sede em local distinto do fórum	Número absoluto	5

		Em 2011, 5 órgãos de atuação se estabeleceram em local distinto do fórum da comarca			
		11 novos aluguéis em 2011/2012	Novos imóveis reestruturados	Número absoluto	10
24	Criar secretarias para as coordenadorias regionais na capital e no interior do Estado	Inexistente até 26/04/2012	Secretarias criadas	Número absoluto	7
25	Promover o aparelhamento tecnológico, humano e estrutural das regionais da DPMG	Aparelhamento ainda parcial até 26/04/2012 com envio de veículos	Regionais aparelhadas	Número absoluto	19
26	Criar cartório para realização da atividade-meio do Defensor Público, notadamente, carga de processos, protocolo e arquivo.	Existe, na capital, servidor vinculado às coordenadorias para entrega de processo no fórum e protocolo	Cartório criado	Número absoluto	1

Objetivo Geral: Valorizar o Defensor Público em relação aos seus direitos e a uma política remuneratória mais justa

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
27	Atuar junto ao Poder Executivo e Legislativo para aumento do subsídio do Defensor Público	Negociações em andamento	Aumento realizado	Número absoluto	1

28	Expedir carteira funcional de caráter nacional, nos termos do Decreto nº 7.360, de 18 de novembro de 2010, da Presidência da República	Inexistência de carteira funcional nos termos do Decreto 7.360.	Carteiras expedidas	Número absoluto	603
29	Atuar junto ao Poder Executivo para antecipação dos pagamentos dos subsídios/salários dos Defensores Públicos e Servidores para o primeiro dia do mês	Negociações em andamento	Pagamento realizado no dia primeiro do mês	Número absoluto	1

Objetivo Geral: Ampliar a informação sobre os serviços prestados pela Instituição internamente e externamente

Nº	Objetivos Específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
30	Publicizar os serviços prestados pela Instituição nos meios de comunicação e internet, inclusive quanto à forma de atendimento de cada área de atuação	Serviço de relacionamento com o cidadão por telefone existente em 26/04/2012, mas inadequado	Serviço gratuito da DPMG via telefone de relacionamento com o cidadão aperfeiçoado	Número absoluto	1
		Um TCT assinado com a Rádio Inconfidência até 26/04/2012	Novos Termos de Cooperação Técnica com programas de rádio e/ou televisão para divulgação do trabalho institucional assinados	Número absoluto	2

31	Aperfeiçoar o sítio eletrônico institucional	Sítio institucional existente em 26/04/2012, mas inadequado	Sítio institucional reformulado	Número absoluto	1
32	Promover e apoiar, por meios próprios ou parcerias, eventos de natureza jurídica	Eventos realizados durante os cursos de formação de novos Defensores, com renomados palestrantes aberto a todos os Defensores e servidores. Apoio ao I Congresso Mineiro de Defensores Públicos, com captação de patrocínio. Semana do Defensor de 2011	Eventos realizados	Número absoluto	2
33	Padronizar a identidade visual da Instituição	Concurso de slogan realizado e lançamento da logomarca para a semana do Defensor	Identidade visual padronizada	Número absoluto	1
34	Estabelecer cronograma de datas estratégicas para a realização coordenada de eventos em todo o Estado	Inexistente até 26/04/2012	Cronograma estabelecido	Número absoluto	1
35	Elaborar de vídeos institucionais, esclarecendo as atribuições da Defensoria Pública, bem como matérias específicas identificadas como de maior demanda, a fim de difundir os serviços e realizar a educação em direitos	Inexistente até 26/04/2012	Video criado	Número absoluto	1
36	Criar um programa de visitação de estudantes para conhecimento dos serviços da Defensoria Pública	Inexistente até 26/04/2012	Programa criado	Número absoluto	1

37	Criar um portal da transparência no site institucional, com divulgação das prestações jurídicas realizadas no mês e dados de gestão orçamentária	Inexistente até 26/04/2012	Portal criado	Número absoluto	1
38	Atuar junto ao Poder Judiciário para realização periódica de palestras com fim de conscientização e esclarecimento acerca da missão, forma de atuação e prerrogativas	Uma palestra realizada	Palestras realizadas	Número absoluto	4

Objetivo Geral: Aumentar a integração e a qualidade dos trabalhos técnicos desenvolvidos pelos Defensores Públicos e servidores

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
39	Criar comissões temáticas permanentes nas áreas Cível, Família, Criminal, Execução Criminal, Infância e Juventude Cível e Infracional, e nas áreas afetas às Defensorias Especializadas, para criação de teses e uniformização de procedimentos e para interação com as comissões de mesmo fim do CONDEGE	Inexistente até 26/04/2012	Comissões criadas	Número absoluto	5
40	Promover encontros jurídicos entre os Defensores Públicos de áreas-fim específicas para debates de teses jurídicas e eventual publicação de enunciados	Pela área criminal, foram realizadas 4 reuniões de uniformização de atuação e orientação funcional. Com aprovação de 3 enunciados	Encontros realizados em todas as áreas	Número absoluto	10

41	Elaboração de boletim técnico semestral a ser disponibilizado no Sistema Casa e no sítio eletrônico institucional	Inexistente até 26/04/2012	Boletins técnicos publicados	Número absoluto	2
42	Promover concursos de boas práticas entre os Defensores Públicos, com divulgação das práticas anteriores no sítio institucional	Regulamento do concurso publicado	Concurso realizado	Número absoluto	1
43	Realizar encontros da Administração com as Coordenações Regionais, Coordenações das Defensorias Especializadas e Defensores Públicos	Cronograma definido e realização dos primeiros encontros com a Administração	Encontros realizados na capital de coordenadores regionais	Número absoluto	19
		Primeiras reuniões em realização	Encontros de Defensores realizados nas regionais	Número absoluto	10
44	Realizar cursos internos e externos de treinamento e reciclagem de Defensores Públicos e de servidores	Indefinido em 26/04/2012	Defensores Públicos beneficiados por cursos	Número absoluto	10
		Indefinido em 26/04/2012	Servidores Públicos beneficiados por cursos	Número absoluto	10
45	Realizar encontros para a integração das defensorias especializadas, favorecendo a troca de informações e ações conjuntas para defesa dos interesses dos grupos vulneráveis.	Inexistente até 26/04/2012	Encontros realizados	Número absoluto	1
46	Implementar a Escola Superior da Defensoria Pública	Projeto de LC em discussão	Escola implementada	Número absoluto	1
47	Implementação do Centro de Desenvolvimento Institucional para apoio técnico ao Defensor Público	Projeto de LC em discussão	Centro implantado	Número absoluto	1

Objetivo Geral: Fortalecer a área de Tecnologia de Informação, ampliando a abrangência do Sistema de Informações e Gestão da DPMG (Sigid) para todos os órgãos e setores da Instituição

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
48	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Urgência Criminal, para atendimento e acompanhamento processual, disponibilizando as informações coletadas para os demais órgãos de atuação na esfera criminal	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
49	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Execução Criminal, para atendimento e acompanhamento processual, disponibilizando as informações coletadas para os demais órgãos de atuação na esfera criminal, firmando termo de cooperação técnica com o Poder Judiciário para disponibilização de informações relativas ao cumprimento de pena	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
50	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para os órgãos de atuação da área Criminal (1ª e 2ª Instâncias), para atendimento e acompanhamento processual, disponibilizando as informações coletadas para os demais órgãos de atuação na esfera criminal	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1

51	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Infância e Juventude protetiva (cível) e infracional para atendimento, acompanhamento processual e compartilhamento de informações	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
52	Criar comissão com membros da Defensoria Especializada de 2ª Instância Criminal e de órgãos de atuação na área criminal que ficará responsável pela elaboração de enunciados e sugestões técnicas de atuação para subsidiar os trabalhos	Inexistente até 26/04/2012	Comissão criada	Número absoluto	1
53	Aperfeiçoar o módulo de atendimento cível e família no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED).	Módulo existente em 26/04/2012, mas insuficiente	Módulo aperfeiçoado	Número Absoluto	1
54	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para os órgãos de atuação no âmbito das Coordenadorias Cíveis para controle do atendimento e do andamento processual	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
55	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para as Defensorias Cíveis de Segunda Instância para atendimento e acompanhamento processual	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
56	Criar comissão com membros da Defensoria Especializada de 2ª Instância Cível e dos órgãos de atuação de 1ª Instância correlatos que ficará responsável pela elaboração de enunciados e sugestões técnicas de atuação para subsidiar os trabalhos	Inexistente em 26/04/2012	Comissão criada	Número absoluto	1
57	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para o controle e otimização da distribuição de processos para as Defensorias Especializadas de Segunda Instância e outras	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1

58	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para o atendimento e acompanhamento processual na Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
59	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Defensoria Especializada de Direitos Humanos, para atendimento e acompanhamento processual, disponibilizando as informações coletadas para os demais órgãos de atuação	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
60	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Defensoria Especializada de Saúde para atendimento e acompanhamento processual	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
61	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Defensoria Especializada do Consumidor para atendimento e acompanhamento processual	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
62	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Defensoria Especializada do Idoso e Deficiente para atendimento e acompanhamento processual	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
63	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para a Defensoria Pública Geral, Subdefensoria Pública Geral e demais órgãos administrativos visando a otimização da gestão administrativa	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
64	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para o controle das atividades do Conselho Superior da DPMG	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1

65	Desenvolver padrão de infraestrutura de informática, rede lógica e comunicação para a DPMG	Desenvolvimento parcial até 26/04/2012	Padrão desenvolvido	Número absoluto	1
66	Desenvolver padrão de desenvolvimento de sistemas	Inexistente até 26/04/2012	Padrão desenvolvido	Número absoluto	1
67	Criar projeto de melhoria e expansão do parque de reprografia da DPMG	Inexistente até 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1
68	Estruturar os órgãos de atuação e unidades administrativas com bens permanentes e infraestrutura de informática, rede lógica e comunicação conforme padrão desenvolvido	53 órgãos de atuação passaram por processo de reestruturação parcial	Órgãos de atuação ou unidades beneficiadas	Número absoluto	30
69	Implantar nova política de <i>backup</i> de dados	Política existente em 26/04/2012, mas inadequada	Nova política de backup implementada	Número absoluto	1
70	Ampliar o projeto <i>voip</i> a todos as unidades da DPMG	2% das sedes da DPMG possuem projeto em 26/04/2012	Percentual de sedes interligadas com <i>voip</i>	%	30
71	Criar projeto para melhoria dos links de comunicação entre os órgãos de atuação da DPMG	Projeto inexistente até 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1
72	Otimizar o Sistema Casa disponibilizando novos recursos e melhorando o desempenho e confiabilidade	Inexistente em 26/04/2012	Sistema Casa otimizado	Número absoluto	1
73	Otimizar o sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) melhorando o seu desempenho, confiabilidade, integridade, unicidade dos dados e controle de acesso, bem como implementando novas funcionalidades, inclusive para geração facilitada de relatórios para tomada de decisões	Inexistente em 26/04/2012	Sistema SIGED otimizado	Número absoluto	1
74	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para utilização <i>off-line</i>, possibilitando a sua utilização independente do local e da conectividade	Inexistente em 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1

75	Otimizar o módulo de controle do Estágio no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) disponibilizando novos mecanismos de controle e novos relatórios	Módulo deficiente em 26/04/2012	Módulo otimizado	Número absoluto	1
76	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para controle de férias de Defensores Públicos e Servidores	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número Absoluto	1
77	Integrar/sincronizar dados entre a base do atual sistema utilizado pelo DRH (ArteRH) e o SIGED	Inexistente até 26/04/2012	Integração/ Sincronização executada	Número absoluto	1
78	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para permitir o compartilhamento de informações originadas pelo módulo da Corregedoria Geral, com critério de acesso, excetuadas as sujeitas a sigilo	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
79	Otimizar o módulo da Corregedoria Geral em relação aos relatórios de produtividade	Módulo existente	Módulo otimizado	Número absoluto	1
80	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para controle do estágio probatório pela Corregedoria Geral	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
81	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para permitir a gestão de projetos e convênios	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
82	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para permitir a gestão de contratos	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
83	Customizar o Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para operação em dispositivos móveis (tablets e Smartphones)	Inexistente até 26/04/2012	Customização realizada	Número absoluto	1
84	Criar projeto de assinatura digital adaptando o SIGED e o Sistema Casa	Inexistente até 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1
85	Criar projeto de gestão eletrônica de documentos adaptando o SIGED e o Sistema Casa	Inexistente até 26/04/2012	Projeto criado	Número absoluto	1

Objetivo Geral: Fortalecer a atuação extrajudicial da Defensoria Pública

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
86	Ampliar e estruturar os núcleos de atuação extrajudicial para realização de conciliações, mediações e consultorias	Indefinido em 26/04/2012	Núcleo Implantado	Número absoluto	1
87	Formalizar termo de cooperação técnica com instituições de ensino e entidades, para trazer estagiários que se capacitem na conciliação, com conhecimentos jurídicos e psicossociais.	Indefinido em 26/04/2012	Termos firmados	Número Absoluto	2
88	Executar o projeto “Melhor prevenir do que remediar”	Indefinido em 26/04/2012	Projeto implementado	Número Absoluto	1
89	Elaborar e implantar o projeto “Divórcio extrajudicial”	Indefinido em 26/04/2012	Projeto implementado	Número Absoluto	1
90	Elaborar e implantar o projeto “Arrolamento e inventário extrajudicial”	Indefinido em 26/04/2012	Projeto implementado	Número Absoluto	1

3.2 Área temática: ATENDIMENTO INICIAL

Objetivo Geral: Incrementar qualitativamente e quantitativamente o atendimento inicial aos assistidos da Defensoria Pública

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
91	Criar projeto para padronização da estrutura de atendimento em todo o Estado	Projeto inexistente	Projeto criado	Número absoluto	1
92	Criar projeto para estruturar o <i>call center</i> (serviço 129), integrado ao atendimento de todo o Estado	Projeto inexistente	Projeto criado	Número absoluto	1
93	Melhorar e agilizar o atendimento prestado ao usuário do serviço	Ampliação do n ^o dos guichês de atendimentos de 4 para 9. Aumento do n ^o de atendentes para os dois turnos, com estagiários de Direito	Nível registrado de satisfação das pessoas que foram atendidas	%	80%
		Indefinido em 26/04/2012	Dias esperados pelas pessoas para serem atendidas pelo Defensor na capital	Dias	7
		Indefinido em 26/04/2012	Tempo esperado pelas pessoas para serem atendidas pelo setor de triagem	Minutos	60
94	Implantar serviço de digitalização de documentos pessoais dos assistidos na capital	Inexistente até 26/04/2012	Serviço implantado	Número absoluto	1

95	Estruturar as salas de espera com recursos audiovisuais e mobiliários	Melhoras na estrutura da espera, com redefinição dos setores de triagem geral, específica e defesa	Salas estruturadas	Número absoluto	3
96	Adequar os imóveis da DPMG ao critério de acessibilidade	Indefinido em 26/04/2012	Imóveis adequados	%	20%
97	Promover a capacitação técnica dos servidores que atuam no atendimento na capital	Realização de reuniões semanais com servidores e estagiários do atendimento, por meio do CPC – ciclo permanente de capacitação	Capacitações realizadas	Número absoluto	30
98	Direcionar um número maior de estagiários remunerados para auxílio no atendimento	5 estagiários remunerados e 30 voluntários	Percentual de aumento do número de estagiários	%	50%
99	Disponibilizar serviço de psicologia e assistência social para apoio ao atendimento por meio de estagiários ou profissionais da área, capital e interior	Firmado convênio com PUC, Fumec e FEAD, para estagiários de psicologia, na capital	Serviço disponibilizado	Número absoluto	5

3.3 Área temática: CÍVEL E FAMÍLIA

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria nas áreas Cível e Família, dando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
100	Diminuir o número de ações judiciais na área de Família e Cível em que ambas as partes estão assistidas pela DPMG (conflito), por meio da conciliação e mediação realizadas no Núcleo Extrajudicial	Fortalecimento da 15ª D.Família e 37ª D. Cível que focaram na solução extrajudicial	Percentual de sucesso nas conciliações	%	50%
101	Criar secretaria de apoio administrativo para envio de correspondências na capital	Parcial - com uniformização de correspondências e arquivo para área de Família. Implementação para a área Cível	Secretaria criada	Número absoluto	1
102	Criar e implantar o Projeto DNA	Reuniões realizadas com o NUPAD e em Juiz de Fora com a UFJF	Projeto implantado	Número absoluto	2
103	Criar informativos, vinculado às coordenações, para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior	Inexistente até 26/04/2012	Informativo		

104	Elaborar e distribuir a cartilha “Alienação Parental”	Inexistente até 26/04/2012	Cartilha Distribuída	Número absoluto	1
105	Fomentar e ampliar o programa “Ampla defesa ao réu citado por edital e por hora certa”	Projeto em andamento na 13ª D. de Família de BH	Pessoas localizadas	Número absoluto	200
106	Fortalecer o trabalho em rede por meio de participação em congressos e seminários e desenvolvimento de ações sociais na capital e interior	Indefinido em 26/04/2012	Participação	Número absoluto	4
107	Comemorar o Dia das Famílias (08/12/2012)	Inexistente em 26/04/2012	Evento realizado	Número absoluto	1
108	Realizar palestras aos Defensores com renomados palestrantes da área de Família e Cível	Indefinido em 26/04/2012	Palestras realizadas	Número absoluto	2
109	Implementar o Grupo de Estudos Temáticos Cível	Inexistente em 26/04/2012	Grupo criado	Número absoluto	1

3.4 Área temática: CRIMINAL - 1ª Instância, Urgência Criminal e Execução Criminal

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria na área Criminal, dando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
110	Expandir a atuação da Urgência Criminal nas unidades prisionais que contenham presos provisórios, por meio de visitas periódicas de Defensores Públicos	Atuação isolada em algumas Comarcas do interior. (Contagem e Gov. Valadares)	Unidades prisionais visitadas 12 vezes ou mais ao ano	%	100%
		Indefinido em 26/04/2012	Número de presos provisórios atendidos	Número absoluto	15.000
		Indefinido em 26/04/2012	Número de prestações jurídicas a presos provisórios	Número absoluto	40.000
111	Incrementar a atuação da Defensoria Pública nas fases da prisão e do inquérito policial, visando, inclusive, à rápida identificação de pessoas portadoras de distúrbios mentais e de dependência toxicológica, para imediato exame de constatação e adequado tratamento médico, por meio de termo de cooperação técnica com a Polícia Civil	Em tratativas finais para elaboração de resolução conjunta com SEDS, TJ/MG, MP/MG e P.Civil, para implantação da Central de Flagrantes. Ampliação com atendimento psicossocial do NCU	Termo de cooperação técnica firmado	Número absoluto	1

		Indefinido em 26/04/2012	Número de presos portadores de distúrbios mentais e com dependência toxicológica acompanhados	Número absoluto	50
112	Expandir a atuação da Execução Criminal nas unidades prisionais que contenham presos definitivos por meio de visitas periódicas de Defensores Públicos e educação em direitos e deveres.	Implantação do Projeto Libertas em 130 unidades prisionais	Unidades prisionais visitadas 01 vez por semana	Número absoluto	130
		Projeto Libertas Atendidos cerca 10.000 presos	Presos definitivos atendidos	Número absoluto	10.000
		Projeto Libertas Realizadas cerca de 60.000 prestações jurídicas	Número de prestações jurídicas a presos definitivos	Número absoluto	60.000
		Cartilhas já impressas	Número de cartilhas distribuídas no Estado	Número absoluto	40.000
113	Apresentar proposta de criação de uma Defensoria Especializada em Execução Penal, com atribuição em todo o Estado e coordenação própria, conforme previsão no Projeto Libertas	Minuta de redefinição em elaboração em 26/04/2012	Defensoria Especializada em Execução Penal redefinida	Número absoluto	1
114	Expandir o projeto “Saída Legal” no todo o Estado de Minas Gerais	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com o projeto implantado	Número absoluto	10
115	Atuar junto aos poderes constituídos, órgãos públicos e sociedade civil pelo aumento de unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac)	Em BH, participação de audiência na Câmara para implementar APAC feminina Em Teófilo Otoni movimento para criação de APAC	Reuniões realizadas	Número absoluto	2

116	Atuar junto à Central de Acompanhamento às Penas Alternativas (CEAPA) e aos núcleos de assistência aos egressos, adultos custodiados (Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional - PRESP), permitindo uma maior ressocialização e melhor aplicação da pena	Participação dos Defensores em reuniões do CEAPA – BH, Contagem, Ribeirão das Neves e VEC-BH	Reuniões realizadas	Número absoluto	8
117	Assegurar o direito do preso à proximidade familiar quando do cumprimento da pena, nos termos da Lei de Execução Penal, tomando as medidas cabíveis	Atuação dos defensores da execução penal postulando transferência	Medidas tomadas	Número absoluto	97
118	Atuar junto aos poderes constituídos para a ampliação dos serviços de atendimento às pessoas dependentes de álcool e/ou drogas	Atuação extrajudicial para disponibilização de vagas em clínicas para dependentes, obtendo êxito em várias situações	Requerimentos formulados	Número absoluto	50
119	Atuar na orientação de familiares de acusados e sentenciados, especialmente das pessoas privadas de liberdade por meio de equipe multidisciplinar no âmbito da DPMG, com expansão para o interior	Existência de equipe técnica no núcleo criminal de urgência de BH que realiza encaminhamentos de saúde e orientação	Criação de núcleo ou convênios com outros entes para aplicação no interior	Número absoluto	5
120	Expandir a integração da DPMG nos conselhos da comunidade, conforme disposto na Lei de Execução Penal, onde ele estiver constituído	Integração dos Conselhos em Inúmeras Comarcas	Conselhos de comunidade em que a DPMG passou a integrar	Número absoluto	5
121	Atuar junto ao Estado para a criação/estruturação de salas permanentes para a DPMG nas unidades prisionais	Inexistente em 26/04/2012	Reuniões realizadas	Número absoluto	2

122	Atuar junto ao Poder Judiciário para que seja cumprida a Resolução nº 66, de 26 de janeiro de 2009 do CNJ, especialmente no tocante à comunicação das prisões cautelares à DPMG	Indefinido em 26/04/2012	Reuniões ou visitas realizadas	Número absoluto	2
123	Atuar junto à Secretaria de Defesa Social para a realização de palestras de conscientização de agentes penitenciários e demais servidores das unidades prisionais acerca das funções e prerrogativas dos Defensores Públicos e de aspectos normativos da execução penal	Palestras realizadas em Nova Lima e Unai	Palestras realizadas	Número absoluto	20

3.5 Área temática: DEFENSORIAS ESPECIALIZADAS

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais para maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
124	Promover eventos com fins à difusão e a conscientização dos Direitos Humanos, da cidadania, do ordenamento jurídico e das funções institucionais da Defensoria Pública, favorecendo a oitiva das comunidades	Curso de capacitação no 1º semestre de 2011. Total 50 palestras /entrevistas	Eventos realizados	Número absoluto	50

125	Estabelecer convênios que permitam o deslocamento para atendimento descentralizado e/ou itinerante a comunidades vulneráveis ou em conflitos socioambientais urbanos ou rurais	Parcerias desenvolvidas com Pólos Cidadania, CNDDH, MPF e SAJ PUC Minas	Convênios celebrados	Número absoluto	1
126	Atuar proativamente na disseminação de uma cultura de paz e de enfrentamento às diversas formas de violência e abusos de direitos, inclusive em relação ao trabalho infantil, trabalho escravo, exploração sexual e as mais variadas formas de discriminação, tendo por ferramenta a disseminação dos conhecimentos sobre mediação de conflito	Atuação preventiva junto à população de rua – CONEDH e Comitê de Acompanhamento de Políticas Públicas de BH	Eventos realizados	Número absoluto	1
127	Atuar preferencialmente, por via extrajudicial, na solução de conflitos coletivos	Atuação em 16 audiências públicas, 30 visitas técnicas /atendimento comunitário e 7 recomendações	Termos de acordo; Tac's; audiências e recomendações	Número absoluto	50
128	Combater a segregação socioespacial promovendo ações que favoreçam a regularização fundiária e a aplicabilidade do direito à moradia nos centros urbanos	Atuação judicial em prol das comunidades Camilo Torres, Dandara, Zilah Spósito e área rural em Betim. Atuação no interior em grupos quilombos e área com vulnerabilidade social e ambiental	Número de ações realizadas	Número absoluto	5
129	Acompanhar a implementação de políticas públicas a favor da população de rua e desenvolver projetos de educação em direitos humanos voltados a esses públicos	Atuação preventiva junto à população de rua – CONEDH e Comitê de Acompanhamento de Políticas Públicas de BH	Percentual de reclamações ou denúncias acompanhadas	%	100%

130	Acompanhar, fiscalizar e exigir a implementação das propostas aprovadas em Conferências de Direitos Humanos	Indefinido em 26/04/2012	Percentual de propostas implementadas	%	50%
131	Atuar junto aos poderes constituídos de forma a permitir a participação popular na elaboração de políticas públicas visando ao desenvolvimento sustentável das cidades e ao acesso à terra e à moradia digna	Rotina de acompanhamento em reuniões e audiências públicas	Reuniões realizadas	Número absoluto	2

Objetivo Geral: Garantir o Direito ao acesso à Saúde universal e integral

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
132	Atuar junto aos órgãos públicos para viabilizar orientação jurídica certa e precisa a portadores de enfermidade e/ou a seus familiares	Reuniões com secretários realizadas	Número de reuniões realizadas	Número absoluto	2
133	Realizar reuniões periódicas com os órgãos públicos da área de saúde visando o monitoramento e fiscalização da execução do Plano de Ação e Metas em DST-AIDS (PAM)	Indefinido em 26/04/2012	Reuniões realizadas	Número absoluto	4
134	Atuar junto aos poderes constituídos e órgãos públicos visando a viabilizar a instalação de casas de apoio em Belo Horizonte para familiares que se desloquem do interior para acompanhar o tratamento/internação de parentes	Indefinido em 26/04/2012	Número de reuniões realizadas	Número absoluto	2
135	Participar ativamente das reuniões mensais do Comitê de Saúde, com a finalidade de discutir as políticas públicas de assistência à saúde que são ou serão adotadas pelo Poder Público, mediante propostas e análises de soluções viáveis e exequíveis	Participação ativa em reuniões mensais com a finalidade de discutir	Reuniões realizadas	Número absoluto	4

136	Participar de forma ativa de seminários, conferências e reuniões cujo tema seja a saúde pública	Há participação ativa em BH	Participações em eventos realizados	Número absoluto	2
137	Expandir termos de cooperação técnica para solução extrajudicial das demandas relativas à área de saúde nos Municípios	TCT firmado na capital, em São Lourenço, Ubá e Nova Lima	Novos TCTs firmados para solução extrajudicial	Número absoluto	4
138	Firmar termo de cooperação técnica com o Estado e Municípios para viabilizar, em prol das pessoas portadoras de enfermidade que necessitem de tratamento contínuo, transporte público gratuito para deslocamento ao local de tratamento, inclusive de localidades no interior para “casas” de apoio na Capital	Inexistente até 26/04/2012	TCTs firmados	Número absoluto	5
139	Firmar termo de cooperação técnica com instituições públicas hospitalares com o objetivo de, mediante a elaboração de laudos médicos, auxiliar tecnicamente a Defensoria Pública nos casos judicializados ou a serem judicializados	Iniciado diálogo com farmacêutico do Hospital das Clínicas da UFMG	TCTs firmados	Número absoluto	1
140	Promover eventos institucionais com recursos próprios ou em parceria para informação e educação sobre o direito de acesso à saúde aos assistidos	Inexistente até 26/04/2012	Eventos realizados	Número absoluto	1
141	Elaborar e disponibilizar à população cartilha com informações a respeito do direito à saúde, dos medicamentos padronizados nos protocolos do Sistema Único de Saúde e fornecidos gratuitamente pelo Poder Público e o procedimento a ser adotado para obtê-los extrajudicialmente	Cartilha em fase final de elaboração, em comitê da saúde do CNJ pelo qual participam os Defensores	Cartilha elaborada	Número absoluto	1

142	Ampliar o objeto do Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e de Belo Horizonte, para nele incluir o fornecimento de medicamentos não padronizados no SUS.	Indefinido em 26/04/2012	TCT ampliado	Número absoluto	1
143	Buscar aprimorar a capacitação e a humanização dos Defensores Públicos e dos servidores administrativos responsáveis pela área de Saúde Pública de Belo Horizonte, mediante contato interdisciplinar com profissionais médicos, psicólogos e assistentes sociais	Inexistente em 26/04/2012	Reuniões/palestras realizadas	Número absoluto	3

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria no atendimento ao idoso e deficiente para maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
144	Atuar para inclusão na rede regular de ensino de pessoas com deficiência física ou mental, observando-se as especificidades relativas às necessidades dos usuários, bem como atuar para manter escolas especiais na rede pública àqueles que não podem ser incluídos	Atuação em BH junto a Secretaria de Educação. Atuação para evitar a extinção de escolas especiais	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
145	Atuar junto ao Executivo para capacitar os profissionais de saúde e demais áreas responsáveis no atendimento adequado de idosos e portadores de deficiência física e mental	Inexistente até 26/04/2012	Reuniões realizadas	Número absoluto	2

146	Atuar junto aos órgãos públicos e empresas visando a permitir a acessibilidade plena às suas instalações de uso comum	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com duas ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	30
147	Atuar junto aos órgãos públicos e empresas para que providenciem transporte público adaptado e gratuidade às necessidades das pessoas portadoras de deficiência física e dos idosos	Reuniões realizadas com a BHTrans, transporte adaptado e gratuidade	Comarcas com duas ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	30
148	Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar espaços de convivência para idosos, pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou transtornos mentais	Reuniões realizadas em Belo Horizonte	Comarcas com duas ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	99
149	Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar centros de atendimento especializado para idosos, pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou transtornos mentais	Reuniões realizadas em Belo Horizonte	Comarcas com duas ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	99
150	Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar moradia supervisionada para idosos, pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou transtornos mentais, que sejam dependentes de cuidados básicos desprovidos de vínculo familiar	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com duas ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	30
151	Criar equipe multidisciplinar para auxílio no atendimento aos idosos e deficientes no âmbito da DPMG	Inexistente até 26/04/2012	Equipe multidisciplinar criada	Número absoluto	1
152	Atuar na rede de proteção ao idoso e deficiente, assegurando à DPMG assento e participação nos Conselhos e demais órgãos atuantes	Participação ativa nos conselhos, audiências públicas em BH	Ampliação para o interior e poder de voto nos conselhos de BH	Número absoluto	10
153	Promover eventos para efetivação, intensificação e divulgação dos direitos previstos no Estatuto do Idoso e nas leis protetivas do deficiente no âmbito federal, estadual e municipal	Realização de palestras, previsão de eventos para 2012	Eventos realizados	Número absoluto	20

154	Atuar judicialmente e extrajudicialmente para a aplicação de medidas protetivas em favor do idoso e do deficiente em situação de risco	Atuação ativa na capital	Ampliação para comarcas do interior	Número absoluto	20
155	Atuar junto aos municípios para a criação do Conselho do Idoso onde é inexistente	Indefinido em 26/04/2012	Conselhos criados	Número absoluto	5

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria no atendimento à mulher vítima de violência

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
156	Atuar juntos aos órgãos públicos para a criação e ampliação de abrigos e casas de acolhida visando a um atendimento integral e especializado, para o acolhimento de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica	Em BH já existe casa de passagem, cujo NUDEM atua	Criar casa de acolhida em Betim, Contagem e Sabará.	Número absoluto	3
157	Ampliar o atendimento multidisciplinar com a contratação e/ou estabelecimento de parcerias para disponibilização de profissionais da área de psicologia e assistência social	BH com estagiários: 3 em assistência social e 7 em psicologia. Em Viçosa, ampliação da Casa das Mulheres com referida assistência	Ampliar assistência na capital e criar no interior	Número absoluto	3
158	Buscar parcerias para ampliar e melhorar a rede de proteção às mulheres vítimas de violência	Não há atuação coordenada com o interior, mas em BH há grande participação de todos os eventos	Coordenar as atuações com o interior	Número absoluto	5

159	Apoiar a criação de Conselhos Municipais de Defesa da Mulher	Em BH já há o Conselho, onde a Defensoria é convidada	Criar conselhos no interior e ter direito a voto no conselho de BH	Número absoluto	5
-----	---	---	--	-----------------	---

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria Especializada do Consumidor para maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
160	Participar ativamente nos Conselhos do Consumidor	Indefinido em 26/04/2012	Reuniões com participação da DPMG realizadas	Número absoluto	12
161	Participar de palestras, convênios e congressos	Indefinido em 26/04/2012	Participações realizadas em eventos	Número absoluto	2
162	Promover parcerias com fornecedores que possuem significativo número de conflitos com assistido para solução extrajudicial	Parceria com a Cemig em andamento	Reuniões com fornecedores	Número absoluto	5

Objetivo Geral: Incrementar a atuação da Defensoria de Infância e Juventude para maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
163	Atuar junto aos órgãos públicos para conscientização, implementação e fortalecimento da atribuição do Defensor Público como curador da criança e do adolescente	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com uma ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	42
164	Atuar junto aos Conselhos Tutelares buscando a conscientização de seus conselheiros para o exercício adequado de suas funções	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com uma ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	42
165	Atuar junto aos poderes constituídos, judicialmente e extrajudicialmente, para assegurar a todas as crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas o acesso ao adequado tratamento ambulatorial e hospitalar	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com medidas tomadas	Número absoluto	42
166	Atuar pela implantação dos CAPSAD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) e CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) Infantil, conforme os critérios definidos pela normativa do Ministério da Saúde	Indefinido em 26/04/2012	CAPSAD e CAPS Infantil implantados	Número absoluto	5
167	Atuar junto ao Poder Público para a criação ou ampliação de programas de acompanhamento de egressos de unidades de internação e semiliberdade	Indefinido em 26/04/2012	Programas criados ou ampliados	Número absoluto	5
168	Atuar junto ao Poder Público municipal para implementação e correta aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com uma ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	42

169	Atuar junto aos centros socioeducativos e unidades de semiliberdade, bem como junto ao Poder Judiciário, visando a assegurar o correto cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, exigindo-se a observância do ECA e das orientações do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)	Participação em reuniões em Ribeirão das Neves, Uberlândia, Belo Horizonte e Juiz de Fora	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
170	Atuar junto aos órgãos públicos para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes à educação e à obtenção de vagas em creches	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com uma ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	42
171	Atuar junto ao Poder Executivo estadual buscando o fortalecimento dos programas de apoio aos egressos das unidades de internação e semiliberdade	Indefinido em 26/04/2012	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
172	Atuar junto às entidades de acolhimento para prestar atendimento Jurídico especializado às crianças e adolescentes nos termos das recomendações 01 e 02 do Fórum Nacional Permanente dos Defensores Públicos Coordenadores de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Indefinido em 26/04/2012	Reuniões realizadas nas comarcas onde há entidades de acolhimento	Número absoluto	12
173	Atuar junto ao Poder Público municipal pela implementação de programa de acolhimento familiar, na forma do art. 34, § 1º, da Lei 8069/90	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com uma ou mais reuniões realizadas	Número absoluto	42
174	Atuar junto às redes componentes do sistema de garantias da criança e do adolescente (Rede de Medidas Socioeducativas - RMSE, Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e ao adolescente - FECTIPA, Fórum da Paz - FORPAZ, etc.)	Participação da Defensoria em todas as reuniões mensais da RMSE e FORPAZ	Reuniões realizadas	Número absoluto	4
175	Participar de fóruns e conferências relativas aos direitos da criança e adolescentes	Indefinido em 26/04/2012	Participações efetivadas	Número absoluto	2

176	Promover palestras nas escolas visando ao combate à violência entre crianças e adolescentes	Indefinido em 26/04/2012	Comarcas com uma ou mais palestras realizadas	Número absoluto	42
177	Criar projeto voltado ao público infanto-juvenil com divulgação dos serviços da Defensoria Pública de incentivo à cultura, cidadania e educação em direitos	Projeto de "Leitura no Beco" iniciado	Projeto criado	Número absoluto	1

Objetivo Geral: Incrementar a atuação das Defensorias Especializadas de Segunda Instância (Criminal e Cível) para maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

Nº	Objetivos específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
178	Criar banco de teses e jurisprudências	Inexistente até 26/04/2012	Banco de teses e jurisprudências criado	Número absoluto	1
179	Instalar núcleo avançado de representação em Brasília para acompanhamento dos processos nos Tribunais Superiores	Inexistente até 26/04/2012	Núcleo avançado criado	Número absoluto	1
180	Ampliar o aparelhamento da DPMG para o processo digital, aumentando o número de servidores no serviço de digitalização de peças	Setor de digitalização criado – 1 servidora e 2 aprendizes	Aparelhamento efetuado	Número absoluto	2
181	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para compartilhamento de informações, enunciados e sugestões técnicas entre 2ª e 1ª Instâncias Criminais	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1
182	Implantar módulo no Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para compartilhamento de informações, enunciados e sugestões técnicas entre 2ª e 1ª Instâncias Cíveis	Inexistente até 26/04/2012	Módulo implantado	Número absoluto	1

4. CONCLUSÃO

Segundo Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro,

“Planejar é conhecer e entender o contexto; é saber o que se quer e como atingir os objetivos; é saber como se prevenir e evitar as ameaças; é calcular os riscos e buscar minimizá-los evitando a vulnerabilidade; é preparar-se taticamente no sentido de rearranjar-se internamente; é ousar em relação às metas propostas e superar-se de maneira continuada e constante para oferecer resultados cada vez melhores. Planejar não é somente vislumbrar o futuro, mas é acima de tudo uma forma de assegurar a sobrevivência e a continuidade dos negócios na medida em que se formalizam planos, programas e procedimentos capazes de atuarem de modo consciente e consequente diante das eventualidades e contingências que se apresentam no cotidiano das organizações”. (Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações - Da Intenção aos Resultados, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. VII).

Analisando o transcurso do primeiro ano do PGA 2011-2012, é possível identificar, primeiramente, o evidente avanço ocorrido, a saber, a consolidação de uma política de planejamento dentro da Defensoria Pública, o que permitiu a melhor aplicação do dinheiro público e a concentração de esforços visando obter os fins almejados com maior eficiência e eficácia.

Com o PGA, houve uma maior organização nas ações da Administração e a definição de prioridades de uma forma mais clara, além de tornar possível a preparação para o enfrentamento de diversos cenários, seja de ameaças, seja os de oportunidades, o que fortalece a atuação da instituição.

Percebe-se que a tomada de decisões foi facilitada com este instrumento e que o estabelecimento de metas, dando concretude ao Plano Geral de Atuação, trouxe a possibilidade de mensuração do grau de eficiência.

Constatou-se, contudo, que o plano geral de atuação, imposição pela Lei Orgânica da Defensoria, tem características de plano tático-operacional, portanto, limitado temporalmente.

Assim, está sendo previsto no PGA o objetivo específico de elaboração do Plano Estratégico da instituição, que retrate o momento atual vivido. Ele deve definir objetivos e estratégias de médio a longo prazo, com enfoque no plano estratégico, que irá orientar, por sua vez, as ações do plano tático e operacional.

Na lição de Chiavenato e Sapiro,

“O planejamento estratégico é um processo essencial dentro da organização na medida em que traça as diretrizes para a definição dos planos de ação que resultarão em vantagens competitivas e sustentabilidade no longo prazo. O planejamento estratégico identifica recursos potenciais, alinha competências, reconhece forças e fraquezas, e estabelece um conjunto de medidas integradas a serem executados para assegurar o alcance dos resultados planejados. Mas somente atinge sua eficácia máxima quando aceito, entendido e realizado na prática por todas as pessoas da organização em um mutirão permanente e orquestrado”. (Op. Cit., p. VII).

Constata-se, deste modo, que não basta elaborar um planejamento estratégico ou um plano geral de atuação. É vital que todos os membros da instituição, sejam Defensores Públicos, sejam servidores, conheçam a estratégia traçada e ajudem na sua construção e manutenção. Sem isto, ele perde sua efetividade.

Assim, é mister que haja todo um trabalho de conscientização que permita o engajamento de todos na execução dos objetivos e metas propostos.

Outra conclusão que se tira dos objetivos propostos no PGA é que, a cada vez mais, torna-se necessária a estruturação das áreas administrativa e de apoio técnico, seja jurídico, gerencial ou especializado (psicologia, assistência social, etc), consagrando a multidisciplinariedade.

O Plano Geral de Atuação 2012/2013 foi fruto de um trabalho conjunto que se iniciou com o PGA 2011/2012, que envolveu a sociedade civil, os Defensores Públicos e os servidores da instituição. Isto o torna um trabalho conjunto, feito por cada Defensor, por cada servidor e pelos destinatários das ações da Defensoria Pública, que clamam e sonham em distribuir justiça e cidadania ao povo mineiro. (Fim)